

SEÇÃO I

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR  
BIBLIOTECA



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 190

TERÇA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 1990

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	Página
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	10525
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	10534
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	10549
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	10567
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	10597
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	10597

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

#### EXPEDIENTE DO DIA 01 DE OUTUBRO DE 1990

##### ÍNDICE DE ADVOGADOS

FRANCISCO AUGUSTO DA COSTA PORTO	1 0000057-2/320
GERALDO MAJELA ROCHA	1 0000448-5/170
JOSE DE MAGALHAES BARROSO	1 0000447-7/170
NIGSON MARTINIANO DE SOUZA	1 0021199-7/160
PEDRO MILTON DE BRITO	1 0000058-1/320
ULISSES BORGES DE RESENDE	1 0021200-4/160
WEST DE OLIVEIRA	1 0000372-1/600

##### DISTRIBUIÇÃO

CENTESIMA DECIMA SEGUNDA AUDIENCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRA-ORDINARIA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1990. PRESIDENTE D EXMO. SR. MINISTRO ALDIR PASSARINHO (ART. 37, I RISTF).  
AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDENCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

MS 0021199-7/160 DF  
RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE  
Impte : ZACHEU QUEIROZ DE SOUZA  
Adv. : NIGSON MARTINIANO DE SOUZA e outros  
Impdo : TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

MS 0021200-4/160 DF  
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO  
Impte : ALAUDE SOARES JUNIOR  
Adv. : ULISSES BORGES DE RESENDE e outros  
Impdo : PRESIDENTE DA REPUBLICA

Pet 0000447-7/170 DF  
RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE  
Rqte : EDUARDO MARQUES DE OLIVEIRA  
Adv. : JOSE DE MAGALHAES BARROSO e outros  
Rqdo : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

Pet 0000448-5/170 DF  
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO  
Rqte : PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA e outro  
Adv. : GERALDO MAJELA ROCHA e outro  
Rqdo : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL

ADR 0000057-2/320 DF  
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO  
Autor : MANOEL JOSE ABRANTES VEIGA DE CARVALHO e outros  
Adv. : FRANCISCO AUGUSTO DA COSTA PORTO  
Reu : ESTADO DE SAO PAULO  
Reu : TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SAO PAULO

ADR 0000058-1/320 DF  
RELATOR : MIN. SEPULVEDA PERTENCE  
Autor : PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO-PMDB e outros  
Adv. : PEDRO MILTON DE BRITO  
Reu : TRIBUNAL REGIONAL DA BAHIA

Adin 0000372-1/600 DF  
RELATOR : MIN. SYDNEY SANCHES  
Rqte : ASSOCIACAO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS  
Adv. : WEST DE OLIVEIRA  
Rqdo : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIAS

Adin 0000372-1/600 DF  
RELATOR : MIN. MARCO AURELIO  
Rqte : ASSOCIACAO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS  
Adv. : WEST DE OLIVEIRA  
Rqdo : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIAS  
REDISTRIBUIDO

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. SYDNEY SANCHES		1		1
MIN. SEPULVEDA PERTENCE		3		3
MIN. MARCO AURELIO		3	1	4
TOTAL		7	1	8

Brasília, 28 de setembro de 1990.

MINISTRO ALDIR PASSARINHO  
Presidente  
ALBERTO VERONESE AGUIAR  
Diretor do Departamento Judiciário

## Departamento Judiciário

### Despachos

#### PROCESSOS DIVERSOS

Pet. 426-4/170 - DF  
Rqte.: Vicente Alencar (Adv.: Vicente Alencar) - Rqdo: Presidente da República.

Despacho: Cuida-se de petição em que o requerente, formalizando notícia criminal, postula a instauração de persecução penal contra o Presidente da República.

Tratando-se de ilícitos perseguíveis, em tese, mediante ação penal pública, determinei a remessa dos autos ao Sr. Procurador-Geral da República, cuja promoção conclui pelo arquivamento das peças, "porque não configurados os ilícitos penais em destaque".

Tendo presente que o monopólio da titularidade da ação penal pública pertence ao Ministério Público (CF, art. 129, I), e considerando que, requerido o arquivamento da informação



delicti pelo Chefe do Parquet, "Não cabe ao Tribunal examinar-lhe o mérito, senão aceitar-lhe a decisão, como titular que é da ação penal" (RTJ 116/7-69/4), determino arquivem-se os presentes autos (Lein.8.038/90, art. 3º, I).

Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 1990.

Ministro CELSO DE MELLO  
Relator

RvCr nº 4.946-7 - DF

Repte.: Celso Aparecido Romualdo. Recdo.: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**DESPACHO:** Cuida-se de Revisão Criminal visando a desconstituir julgado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que condenou o paciente.

2. Informa o Diretor do Serviço do Processo Judiciário não haver acórdão do Supremo Tribunal Federal sendo questionado. Os únicos feitos processados nesta Corte em que o requerente figurou são pedidos de *habeas-corpus* impetrados contra o TJSP.

3. Manifesta a incompetência do STF, determino a remessa dos autos ao 11. Presidente do TJSP, que os fará chegar ao órgão competente para apreciar a presente revisão criminal.

Brasília, 24 de setembro de 1990.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE  
Relator

#### HABEAS CORPUS

HC nº 68.319-3/130-DF

Impete.: Adair Pereira Martin

Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Pacte: Adair Pereira Martin.

**DESPACHO:** Vistos, etc.

Trata-se de "*habeas-corpus*" impetrado pelo próprio paciente que é cópia do HC nº 68.258-8-DF que, anteriormente, me foi distribuído e que se encontra aguardando informações da autoridade impetrada.

2. Ante o exposto, por considerar prejudicado o presente pedido, com fundamento no art. 21, § 1º, do RI/STF, nega-lhe seguimento.

Intime-se.

Brasília, 24 de setembro de 1990.

Ministro PAULO BROSSARD  
Relator



#### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

##### Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF  
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR  
Fax: (061) 225-2046  
CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO  
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR  
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I  
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSE EDMAR GOMES  
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial

Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 2.455,20	Cr\$ 1.254,00	Cr\$ 4.501,20	Cr\$ 2.455,20

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)  
Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586  
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

#### MANDADO DE SEGURANÇA

MS nº 20.925-9 - Coletivo - DF

Impetrante: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Goiânia, com extensão de base aos Municípios de Aparecida de Goiânia, Guapó, Nerópolis, Goianápolis, Trindade, Goianira, Leopoldo de Bulhões e Inhumas. (Adv.: Jeovah Bonifácio da Silva). - Autoridade Coatora: Presidente da República.

**Despacho:** Vistos.

Tendo em vista o certificado às fls. 38 e 40, decreto a deserção do pedido.

Em 26 de setembro de 1990.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Presidente

MS nº 20.929-1 - RO

Impetrante: José Rodrigues do Prado - Autoridade Coatora: Empresa Mineradora Paranapanema S.A. - Litisconsorte Passivo: Governador do Estado de Rondônia.

**Despacho:** Vistos.

Tendo em vista o certificado às fls. 07 e 09, decreto a deserção do pedido.

Em 26 de setembro de 1990.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Presidente

MS nº 20.954-2 - DF

Impetrante: Aluísio Trindade Filho (Adv.: Ivaneck Perez Alves). Autoridades Coadoras: Presidente da República e Ministro do Planejamento.

**Despacho:** Vistos.

Tendo em vista o certificado às fls. 22 e 24, decreto a deserção do pedido.

Em 26 de setembro de 1990.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Presidente

MS nº 20.977-1 - DF

Impetrante: Associação dos Portuários Aposentados e Pensionistas de Rio Grande, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar (Adv.: Edes Cunha). Autoridade Coatora: Presidente da República.

**Despacho:** Vistos.

Tendo em vista o certificado às fls. 18 e 20, decreto a deserção do pedido.

Em 26 de setembro de 1990.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Presidente

MS nº 20.979-8 - DF

Impetrantes: Marco Antonio Silva e sua mulher (Adv.: Guiomar Borges Ribeiro Costa) Autoridade Coatora: Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP.

**Despacho:** Vistos.

Tendo em vista o certificado às fls. 17 e 19, a deserção do pedido.

Em 26 de setembro de 1990.

Ministro NERI DA SILVEIRA  
Presidente

#### MANDADO DE SEGURANÇA

Nº 00211971/160

Origem : DISTRITO FEDERAL

Relator : MINISTRO PAULO BROSSARD

Impetrantes: ANTONIO TADEU MATIN ESCAME E OUTROS (Adv.: José Vigilato da Cunha Neto e Outros).

Impetrado : TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

**DESPACHO:** Vistos, etc.

Trata-se da mandado de segurança, com pedido de medida liminar, impetrado por candidatos a cargos eletivos proporcionais nas próximas eleições de 3 de outubro, "contra ato dos Exmos. Ministros do Tribunal Superior Eleitoral" que, ao manterem a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso indeferitória do registro de suas candidaturas, por falta de apresentação de documento exigido por lei, atingiu direito líquido e certo dos requerentes.

2. A "causa petendi" do presente "writ" pode ser assim resumida: a) o TSE ao julgar os embargos declaratórios da referida decisão o fez, concomitantemente com outros recursos, sem que existisse nos autos parecer específico para o caso, da Procuradoria Geral Eleitoral e b) que o julgamento foi "extra petita" pois o objeto do recurso interpostos pelo impetrante (impossibilidade de exigência posterior de juntada de documentos não previsto em lei ou resolução do TSE) não há correspondência com a questão decidida (falta de documentos - art. 25, IV e V, Resolução TSE 16.347/90).

3. Como reiteradamente se tem decidido nesta E. Corte, o Supremo Tribunal Federal não tem competência originária para julgar mandado de segurança contra ato do Tribunal Superior Eleitoral (art.



te que o apelo ordinário do reclamante foi provido para acrescer à condenação as horas extras excedentes da 8a. (oitava) e os descansos semanais remunerados em dobro quando concedidos após o 7º (sétimo) dia.

Recorre de revista o reclamante inconformado com o acolhimento da prescrição bienal. Alega ofensa aos arts. 464, II, do CPC e 245, analogicamente aplicável, e 970 do Código Civil.

Verifica-se, na certidão de fls. 92v., que a conclusão do acórdão regional que julgou os recursos ordinários interpostos pelas partes foi publicada no Diário Oficial da Justiça do Estado em 13/10/88 (5a. feira).

Em 18/10/88 (fls. 93) o reclamante opôs embargos de declaração, consumindo, portanto, 04 (quatro) dias do prazo recursal, eis que não se computa na contagem do prazo o dia da interposição.

Observa-se, na certidão de fls. 100v. que a decisão dos declaratórios foi publicada no órgão oficial em 01/12/88 (5a. feira), e o recurso de revista foi protocolizado no dia 06/12/88 (fls. 101), sendo que o prazo remanescente havia expirado em 05/12/88.

Intempestivo, pois, o apelo, eis que apresentado fora do prazo previsto no art. 896, § 1º, da CLT.

Nos termos do § 5º, do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7701/88, nego seguimento à revista, por intempestiva.

Publique-se.

Brasília, 30 de agosto de 1990.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL  
Relator

RR-3290/89.2

#### RECURSO DE REVISTA

Relator: Min. Marcelo Pimentel

Recorrente: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP

Advogada : Dra. Ana Maria José Silva de Alencar

Recorridos: ADELSON SOARES LAGO E OUTRO

Advogado : Dr. Paulo de Tarso A. Bastos  
2a. Região.

#### D E S P A C H O

Recorre de revista a reclamada, inconformada com o acórdão regional de fls. 215/221, que assim concluiu:

"1. A recorrente se encontra sob controle da EMBRATEL, e, por sua natureza, como é fato público e notório, pode sofrer a influência de medidas eleitoreiras, tendo de admitir funcionários que proporcionalmente proveito nas urnas, com a demissão de outros que abram vagas. Para evitar esse lamentável fenômeno, o art. 19 da Lei 7.493 proíbiu a movimentação de pessoal nas empresas que menciona, mesmo federais, pois a referência a 'instituições ou mantidas pelo Poder Público dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou Territórios' se destina às fundações, e não às empresas. Como os recorridos foram demitidos sem justa causa no período de proibição, está correta a sentença que lhes atribuiu a devida reparação.

2. A dispensa se tornou válida após o período de impedimento legal, de modo que as verbas salariais são indevidas no tempo seguinte, conforme a sentença" (fls. 217).

Julgando procedente a pretensão dos reclamantes, a Junta condenou a TELESP ao pagamento de Cz\$ 1.801,79, a título de custas, calculadas sobre o valor de Cz\$ 80.000,00, arbitrado à causa.

Da decisão prolatada a reclamada recorreu ordinariamente, depositando o valor das custas, a que foi condenada (fls. 191) e, para efeito recursal, recolheu o valor de Cz\$ 5.605,40, correspondente, na ocasião, a 10 (dez) valores de referência (fls. 190).

O apelo está deserto a teor do que dispõe o art. 13, da Lei nº 7.701/88, de 21 de dezembro de 1988, e do item 2, do Provimento nº 02/89, de 22/05/1989, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

De fato, não se desincumbiu a reclamada, ora recorrente, do ônus de complementar o depósito recursal, alcançando o limite de 40 vezes o valor de referência por ocasião da interposição da revista, nos estritos termos do art. 13, da Lei nº 7.701/88 e do item 2 do Provimento da Corregedoria-Geral nº 02/89.

O valor da condenação arbitrado à causa, pela Junta, equivale a 142,71 (cento e quarenta e dois vírgula setenta e um) valores de referência. À data da interposição da revista, 40 (quarenta) valores de referência equivaliam a Cz\$ 619.520,00. Subtraindo-se dessa soma o valor nominal depositado ad recursum, de Cz\$ 5.605,40, a recorrente deveria ter completado o referido depósito recursal na importância de Cz\$ 613.914,60.

Não o fazendo, restou deserta a revista.

Isto posto, nos termos do § 5º, do art. 896, da CLT, com a redação dada pelo art. 12, da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988, nego seguimento ao apelo.

Publique-se.

Brasília, 18 de setembro de 1990.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL  
Relator

RR-3522/89.0

#### RECURSO DE REVISTA

Recorrente: ESTADO DO PARÁ - SEVOP

Advogado : Dr. José Cláudio Monteiro de Brito Filho

Recorrido : NAIRTON PEREIRA RAIOL

Advogado : Dr. Síntesio Paulo Borges Cunha  
8a. Região

#### D E S P A C H O

O douto Ministério Público manifesta Promoção no sentido de que sejam os autos devolvidos ao TPA de origem para o cumprimento do que dispõe o art. 900, da CLT.

A Promoção merece ser acolhida, vez que o supracitado dispositivo legal determina, expressamente, a notificação do recorrido.

Destarte, no resguardo de futuras arguições de nulidades, de termino o retorno dos autos ao 8º Regional para que seja cumprida a formalidade expressa no indigitado dispositivo legal.

Publique-se.

Brasília, 13 de setembro de 1990.

MINISTRO MARCELO PIMENTEL  
Relator

PROC. nº TST-RR-6520/89.1

Recorrente : COTONIFICIO OTHON BEZERRA DE MELLO S/A

Advogado : Dr. Jairo Aquino

Recorrido : AIRTON SANTOS DE AQUINO E OUTROS

Advogado : Dr. Paulo Azevedo

#### D E S P A C H O D E R E L A T O R

O Egrégio 6º Regional consagrou a tese de que a indenização adicional prevista no art. 9º da Lei 7238/84 remanesce na legislação vigente, por não ter havido revogação expressa ou tácita de tal dispositivo pelos decretos do Plano Cruzado.

Contra essa decisão manifesta inconformismo o empregador, via Recurso de Revista, com fulcro nos permissivos do art. 896 CLT.

O apelo revisional, contudo, encontra óbice no alínea "a", in fine do art. 896 consolidado. É que este Tribunal, reiteradas vezes, tem se manifestado no sentido da decisão recorrida, ou seja, de que o art. 9º da Lei 7238/84 não foi revogado pelos decretos do Plano Cruzado, conforme se verifica dos seguintes precedentes:

"RR-2635/89 - Ac. 3ºT-1095/90 Relator Ministro Antonio Amaral; RR-2603/89 - Ac.-2ºT-441/90 Relator Ministro Ney Doyle; RR-813/89 Ac.-1ºT-257/90 - Relator Ministro Afonso Celso; RR-7285/88 - Ac.-1ºT-134/90 Relator Ministro Afonso Celso; RR-3463/89 - Ac.-3ºT-4780/89 Relator Ministro Antonio Amaral; RR-3742/89 - Ac.-3ºT-4372/89 - Relator Ministro Antonio Amaral; RR-1516/89 - Ac.-3ºT-2603/89 Relator Ministro Antonio Amaral; RR-6954/88 - Ac.-2ºT-3225/89 Relator Ministro Aurélio Mendes de Oliveira; RR-6927/88 - Ac.-2167/89 Relator Ministro Ermes Pedro Pedrassani".

A hipótese, pois, incide o Enunciado 42 da Súmula desta Corte.

Destarte, com supedâneo no § 5º do art. 896 da CLT, nego prosseguimento ao recurso.

Publique-se.

Brasília, 31 de agosto de 1990

MINISTRO LUIZ JOSÉ GUIMARÃES FALCÃO  
Relator

## Superior Tribunal Militar

### Secretaria do Tribunal Pleno

#### Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 124 - PROCESSOS POSTOS EM MESA:

- APELAÇÃO Nº 45.688-2 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Aldo Fagundes. Adv Dr Jorge Antonio Siufi.
- RECURSO CRIMINAL Nº 5.951-8 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti.
- RECURSO CRIMINAL Nº 5.957-7 - Relator Ministro Paulo César Cataldo.

## Ministério Público da União

### Ministério Público do Trabalho

### Procuradoria Regional do Trabalho

#### 2ª Região

RELAÇÃO PROCESSUAL - relação dos processos remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com pareceres

Guia de remessa nº 153/90

#### AGRAVO DE PETIÇÃO

Proc.-02900111409

Agravante

Advogado

Agravado

Parecer 503/90 (II VOLUMES)

Promoção Empreendimentos Andrea S/C Ltda

Sergio Mantovani

Jose Edinaldo da Silva



Advogado  
Proc.-02900116257  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900121641  
Agravante  
Advogado  
Agravante  
Advogado  
Proc.-02900121935  
1º Recorrente  
Advogado  
2º Agravante  
Advogado  
Proc.-02900130055  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900130446  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900133305  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900133372  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900134620  
Agravado  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900134743  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900137254  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900137262  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900137270  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900137483  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900137610  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900137653  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900137670  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900137742  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900134760  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900135901  
Agravante

Bento Luiz Carnaz  
Parecer 504/90 (III VOLUMES)  
Casa Pekelman S/A Moveis e TApçarias  
Jose Eduardo Dias Yunis  
Delzuite Costa Raimundo  
Homero Pereira de Castro Junior  
Parecer 505/90 (II VOLUMES)  
Banco Safra de Investimentos S/A  
Jose Chiancone Neto  
Ezequias dos Santos Oliveira  
AMilton Aparecido Rodrigues  
Parecer 506/90  
Domingos Jose de Souza  
Jose Heretiano de Matos Souza  
Eletrócontroles Villares Ltda  
Jose Eduardo Dias Yunis  
Parecer 507/90  
Administração Marquiza de Itu S/A  
Joaquim Ferraz Martins  
Ivo Francisco da Silva  
Jose Alves de Souza  
Parecer 522/90  
Orlando Alves de Araujo  
Edna Maria de Azevedo Forte  
Empresa Metropolitana Segurança S/C LTda  
Edelberto Alves Rodrigues  
Parecer 390/90 (XI VOLUMES)  
Ludogério Reis do Nascimento Brito  
Jorge Radi  
Ind e Com Gotthard Kaesemodel S/A  
Roberto Fernandes d e Almeida  
Parecer 227/90 (III VOLUMES)  
Banco do Estado de São Paulo s/A  
Arnor Serafim Junior  
Valdir Antonio Audi  
Carlos Roberto de Oliveira Caiana  
Parecer 230/90 (II VOLUMES)  
Kenji Arai  
Pedro Paulo Balbo  
Banco Bradesco S/A  
Eva Aparecida de Oliveira  
Parecer 231/90 (II VOLUMES)  
Fundação Inst Pesquisas Economias FIPE  
Jairo Polizzi Gusman  
Maurício Barata de Paula Pinto  
Erasto Soares Veiga  
Parecer 523/90  
Fazenda do Estado de São Paulo  
Sueli Mitie Kusano  
Sueli Regina Creado de Aro Alcantara  
Edivaldo de Jesus Teixeira  
Parecer 523/90  
Fazenda do Estado de São Paulo  
Sueli Mitie Kusano  
Sueli Regina Creado de Aro Alcantara  
Edivaldo de Jseus Teixeira  
Parecer 524/90  
Eliberto Tadeu Motroni  
Wilson de Oliveira  
Hotel de Turismo Parque Balneario Ltda  
Benjamin Goldenberg  
Parecer 525/90  
Nicolas Theodore Gatos e Filhos LTda  
Ibraim Calichman  
Aparecida Holzer Pagano  
Carlos Pereira Custodio  
Parecer 528/90 (II VOLUMES)  
Fichet S/A  
Elza Aparecida Rosenti Segurado  
Helio Rodrigues Alves  
Saraya de Oliveira Almachar  
parecer 529/90  
Jose Joaquim de Lima  
Agenor Barreto Parente  
Eldorado S/A Comind e Importação  
Ruiter Bezerra Filho  
Parecer 530/90  
G Zabatiero  
Jose Andreo Junior  
Antonio das Graças Oliveira  
Ricardo Jose Branco  
Parecer 531/90  
Cia Saneamento Basico Est SP SABESP  
Eunice de Melo Silva  
Jose da Silva  
Manuel Cid Jardon  
Parecer 532/90 (II VOLUMES)  
Fazenda do Estado de São Paulo  
Elisabete Silva Campos  
Antonio xavier dos Santos  
Carlos Roberto de Oliveira Caiana  
Parecer 232/90 (II VOLUMES)  
Eudorico Bueno Martiniano  
PAulo Cornacchioni  
G Aronson & Cia Ltda  
Victor Vicentini  
Parecer 233/90  
Columbia Vig Segurança Patrimonial Ltda  
Luiz Carlos Batista dos Santos  
Salvador Araujo de Oliveira  
Agenor Barreto Parente  
parecer 395/90  
Construtora Mendes Junior S/A

Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900136452  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900136533  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900139036  
Agravante  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900139044  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900141790  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900141987  
Agravante  
advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900146431  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900151133  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900151370  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900153802  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900154345  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900154647  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900198580  
Agravante  
advogado  
Agravado  
Advogado

Solange Riberio Ferreira  
Estevão de Souza Mota  
Flavio Villani Macedo  
Parecer 300/90  
Ismael Beis Amorim  
Maria Antonietta Mascaro  
Sachs Automotive Ltda  
Darmy Carvalho  
Parecer 400/90  
Grafitec Artes Graficas LTda  
Zoroastro Jose Isa  
Jose Carlos Devitis  
Valdomiro Ribeiro Paes LAndim  
Parecer 406/90 (II VOLUMES)  
Comind Participações S/A  
Antonio Heiffig Junior  
Benedita Fernandes Camargo Barreiros  
Jose Vieira da Silva Duque Filho  
Parecer 407/90 (II VOLUMES)  
Susa S/A  
Sergio lourente Martin  
Eduardo Munis pontes  
Euro Bento Maciel  
Parecer 412/90  
Roberto Batista da Silva  
Dunja Silva Sardenberg  
Paulo Koiti MAsaoka  
Waldemar Fernandes Andrade  
Parecer 508/90 (II VOLUMES)  
Godofredo Antonio de oliveira  
Cristina Maria Paiva da Silva  
Laboratorio e Farmacia Catedral LTda  
Luiz Elias Arruda Barbosa  
Parecer 417/90  
The First National Bank Of Boston  
Norberto Marcos Barbosa  
Ademar Guedes  
Eli Alves da Silva  
Parecer 421/90  
Modesto Alves de Jesus  
Jose Giacomini  
Enesa Engenharia S/A  
Roberto MEhanna Khamis  
parecer 428/90  
Bunny's Ind Com Roupas LTda  
Reginaldo da Silva Pinto  
Valdeci Macena Rocha  
Antonio Carlos Rivelli  
Parecer 439/90  
Banco Safra S/A  
Jose Chiancone Neto  
Bartolomeu Alves de Castro  
AMilton Aparecido Rodrigues  
Parecer 446/90  
Produtos Radial Ltda  
Jose Roberto Marcondes  
Manoel da Conceição Santos  
Francisco Paulo Gondim  
Parecer 449/90  
Forjas Taurus S/A  
Moacir Manzine  
Geraldo Magela Bernardo  
Edson Cardoso Miranda  
parecer 452/90  
Viena Iguatemi LTda  
Djalma Romagnani  
Eunice dos Santos  
Magda Cristina Muniz  
Parecer (REQUISITADO)  
Ticket Serviços Com Adminsitração Ltda  
Erika Miyuki Morioka  
Vanderlei Aparecido de Farias  
Paulino de Freitas

## AGRAO DE INSTRUMENTO

Proc.-02900138226  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900138463  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900138714  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900138919  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
Advogado  
Proc.-02900149627  
Agravante  
Advogado  
Agravado  
advogado  
Proc.-02900152083  
Agravante  
advogado  
Agravado

Parecer 374/90  
Cosntrutora Quieroz Galvão S/A  
Potyguara Gildoassu Graciano  
Jose Aloisio Fagundes Bezerra  
Paulo Esposito Gomes  
Parecer 375/90  
Codep Conserv Dedetiz Pred Jardins LTda  
Aldenor Nilda Pucca  
Clara Soares Alvarenga  
Maria Audineuza Marques  
parecer 376/90  
Jose Ribamar Soares Matos  
Roberto Otaviano Nascimento  
Geosonda S/a Serv Geotecnico's Sond Fund  
Edmar de Arruda Milani  
parecer 377/90  
Rud Correntes Industriais ltda  
Nello Andreotti Neto  
Antonio Carlos Milantoni  
Maria das Graças VASconcelos de Arruda  
Parecer 383/90  
Celso Benedito Flores  
Jose Nunes Coelho  
Saturnia S/a Sistemas Energia  
Drausio Aparecido Villas Boas Rangel  
Parecer 387/90  
Carlo Montalto Ind e Com Ltda  
Reginaldo da Silva Longo  
Everaldo da Silva Alexandre